

# Investigação ameaçada

62  
MPs podem  
atrasar apuração  
sobre grampos

BRASÍLIA - Duas Medidas Provisórias que trancam a pauta de votações do Senado podem atrapalhar os planos do PT de apressar as investigações dos grampos ilegais na Bahia. A mais polêmica é a MP 77, que trata do financiamento das dívidas agrícolas. A segunda é sobre doação de vacinas para o Paraguai. Só após a aprovação das duas, os senadores poderão escolher os novos integrantes do Conselho de Ética da Casa que vão investigar um possível envolvimento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) nas escutas clandestinas instaladas na Bahia.

A negociação da MP 77, contudo, não será tão simples. Ao governo interessa a

Senado Federal

aprovação do texto enviado pela Câmara e não o relatório feito pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). Pelo texto do pefelista, grandes agricultores que contraíram empréstimos acima de R\$ 500 mil poderão pleitear, junto ao Banco do Brasil, um financiamento de 10% desse valor e rolar a dívida em até 20 anos. Ele admite a instalação de uma comissão para, em 40 dias, discutir a dívida dos grandes produtores rurais.

- Existem agricultores com dívidas de até R\$ 500 milhões. Não podemos incluir na mesma MP agricultores familiares e empresários do agrobusiness - criticou o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP).

Vencida essa etapa, o novo Conselho de Ética será votado, respeitando-se o critério

da proporcionalidade das urnas. O presidente do conselho, Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), chegou a marcar uma reunião para a próxima quarta, mas, diante do impasse em torno da eleição, já admite o adiamento do início dos trabalhos. Ele e o senador

**Presidente  
do  
Conselho  
de Ética  
admite  
adiamento**

Eduardo Suplicy (PT-SP) foram ontem ao presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), pedir que apresse os líderes partidários para indicar os 15 novos membros do conselho.

Juvêncio voltou a criticar o PT, dizendo que o partido não está interessado em investigar o episódio e deixou a senadora Heloísa Helena (PT-AL) pregando no deserto. Para Juvêncio, já existem indícios suficientes para a abertura de um processo de investigação no Conselho de Ética.